



Destaques da Imprensa

DILEMAS DA DEFESA

A mudança às vezes acontece devagar no Brasil. Em 1995, uma década após o término do governo militar, o Presidente Fernando Henrique Cardoso pôs completar a transição para a democracia, afastando os chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica de seu gabinete e substituindo-os por um ministério da defesa unificado e civil. A maioria dos demais países latino-americanos já havia feito tal coisa; somente em 1999 Fernando Henrique conseguiu realizá-la. Com o controle civil veio um esforço para se pensar mais claramente sobre a política de defesa.

Geraldo Quintão, o Ministro da Defesa, lançou no ano passado uma revisão da defesa – um procedimento que é rotina em democracias de Primeiro Mundo, mas praticamente sem precedentes na América Latina. No caso do Brasil, chegou tarde. Enquanto em outros países da região a democracia trouxe um corte abrupto nas despesas com defesa, no Brasil tais despesas aumentaram.

Em 1999, o Brasil gastou cerca de 16 bilhões de dólares com defesa – mais do que os outros países da América do Sul juntos. Mas, com exceção do SIVAM, um ambicioso e ainda incompleto projeto de 1,4 bilhão de dólares para monitorar a bacia amazônica usando radares, aeronaves de alerta e sensores de solo, a maior parte dos gastos tem sido com custos

operacionais, ao invés da substituição dos equipamentos obsoletos das Forças Armadas. Isso agora começa a mudar, com um programa de oito anos e 3,4 bilhões de dólares para reequipar a Força Aérea.

O objetivo da revisão é o de tentar alinhar a capacidade militar do Brasil com seus objetivos de política externa. Durante boa parte do século XX, as Forças Armadas brasileiras passaram o tempo como árbitros políticos, quando não governavam elas próprias o País, e planejando uma guerra contra a Argentina, que felizmente nunca aconteceu. Agora a Argentina é o principal parceiro econômico e político do Brasil no MERCOSUL. E, à medida que a economia brasileira e a democracia se fortalecem, Fernando Henrique calma-mente reivindica o reconhecimento do País para ser um líder regional.

Com exceção de uma pequena ajuda aos aliados na Segunda Guerra Mundial, o Brasil não trava uma guerra convencional há 130 anos. A revisão provavelmente recomendará que o País pare de se preparar para uma. Ao invés disso, as Forças Armadas devem estar preparadas para impedir que conflitos civis de países vizinhos (como a briga entre Governo e guerrilhas na Colômbia) cruze suas fronteiras. Elas devem ser capazes de encarregar-se da manutenção da paz regional (o Brasil intermediou o acordo entre Peru e Equador numa disputa de fronteira em 1998). Elas devem contribuir com as missões das

Nações Unidas, se prontificar a combater o tráfico de drogas nas fronteiras e dar assistência em caso de desastres.

Fernando Henrique já ofereceu aos países vizinhos as informações levantadas pelo SIVAM (no caso de aeronaves de traficantes, por exemplo) e disse que eles podem receber ajuda do Brasil em caso de crises. Os gastos com a Força Aérea, com aviões-caça novos e reequipados, aeronaves de transporte e helicópteros se enquadram na nova estratégia. Mas a compra recente de tanques de segunda mão da América e da Bélgica não asseguraria aprovação se a revisão da defesa se tivesse completado mais cedo; assim como a compra, no ano passado, de um *Foch* - um antigo avião de carga francês (por apenas 12 milhões de dólares, é verdade, mas os reparos custarão muito mais).

As propostas de novos papéis para as Forças Armadas fazem sentido. O Exército já se voltou para o norte, longe da fronteira com a Argentina. E agora o Brasil consulta regularmente seus parceiros no MERCOSUL a respeito de assuntos de defesa. Mas a revisão deve levantar algumas questões. Deveriam as Forças Armadas realmente começar a caçar traficantes de drogas ou isso invadiria a responsabilidade da polícia, infringindo assim a Constituição? E até que ponto a manutenção da paz regional não interfere nos assuntos de outros países?

Por outro lado, se o Brasil fala sério a respeito de liderança regional, por que não atendeu aos pedidos de socorro do Governo da Colômbia em sua luta contra as guerrilhas e traficantes de drogas? Ao invés disso, o Brasil rejeitou o pedido da Colômbia de utilizar pistas de pouso de emergên-

cia brasileiras porque isto seria *tomar partido* na política de um país vizinho.

A resposta, dizem os oficiais brasileiros, é que as Forças Armadas, mais do que os políticos, estão apreensivas diante do auxílio americano à Colômbia. As Forças Armadas são especialmente sensíveis em relação ao que é visto por elas como os projetos americanos para a Amazônia. Apesar de bem-vinda, a revisão talvez não alcance um entendimento perfeito entre a ambição da política externa e o temperamento militar.

Matéria não assinada extraída do *The Economist*, edição do período de 17 de janeiro a 2 de fevereiro de 2001, traduzida por Isadora Ferreira da Veiga.

SAMBA DO PETRÓLEO E DOS PEIXES DOIDOS

O Brasil é o mais novo eldorado da indústria do petróleo. Com a quebra do monopólio da Petrobras, nosso leito marinho foi loteado entre mais de trinta empresas que conduzem atividades de prospecção, extração e produção do ouro negro e seus derivados. Um terço de todos os navios de pesquisa sísmica do mundo trabalha hoje no mapeamento das reservas da costa brasileira. O trabalho segue nas dezenas de plataformas de perfuração e é finalizado pelas centenas de plataformas de extração e produção.

O crescimento dessa indústria no País traz benefícios óbvios: a geração de empregos, os *royalties* que modernizam municípios antes esquecidos e o aquecimento do mercado de serviços relacionados.

A indústria naval que o diga. Também cresce nossa esperança de alcançar a tão sonhada autonomia no atendimento ao mercado interno. Do ponto de vista ambiental, no entanto, certos aspectos negativos desse crescimento vertiginoso têm passado despercebidos. Há os riscos inerentes a esse tipo de atividade, como por exemplo o de vazamento de substâncias tóxicas. Outros riscos, não menos relevantes, sequer são abordados por nossas leis ambientais. São duas as questões principais: a pesca realizada ao redor das plataformas e a introdução de espécies exóticas trazidas por essas plataformas.

Para julgar essas questões, precisamos compreender que estruturas como as plataformas de petróleo modificam profundamente o ambiente marinho ao seu redor – elas atraem uma grande variedade de organismos. Algas, cracas, mexilhões, esponjas e corais se fixam em seus pilares; enquanto lulas, peixes e aves desfrutam o alimento e o abrigo oferecidos. Por isso, as plataformas estão entre os melhores pesqueiros. Ali circulam cardumes de dourados, bonitos, atuns e diversos outros peixes de alto valor comercial.

No entanto, para a indústria do petróleo, a presença de barcos pesqueiros nas proximidades de suas plataformas é uma ameaça à eficiência de suas caríssimas atividades em curso. Assim, muitas vezes esses barcos são vigorosamente enxotados pelos navios de apoio dessas plataformas.

Mas será então que barcos de pesca não podem explorar um recurso que agora vive justamente ao redor dessas plataformas? Será que está correto que um comandante inglês use a força para impedir que pescadores brasileiros retirem seu sus-

tento de um recurso que está dentro dos limites das 200 milhas de nossa zona econômica exclusiva? Onde estão os mecanismos legais que garantam esse direito aos nossos pescadores? Onde estão estabelecidas as punições para o uso da força na resolução desse conflito? Ou serão as benesses econômicas trazidas pela indústria do petróleo suficientes para desprezarmos essas questões?

Como se não bastasse, um outro presente de grego que silenciosamente aceitamos da indústria do petróleo é a introdução de espécies exóticas em nosso litoral. Hoje em dia quem pratica mergulho na costa do Rio de Janeiro tem o privilégio de deparar-se com peixes e corais naturais do Oceano Pacífico, que descaracterizam os nossos ambientes recifais e extinguem espécies endêmicas daqui. O absurdo é tamanho que simplesmente não há uma única linha em nossas leis ambientais que obrigue que plataformas flutuantes trazidas de outras regiões do globo tenham suas coberturas biológicas vistoriadas antes de que aqui se estabeleçam. Uma plataforma flutuante fabricada em Taiwan não pode simplesmente cruzar os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico e iniciar suas atividades no Brasil. Terá de ter sua porção submersa vistoriada por mergulhadores e, se for o caso, raspada em alto-mar. Do contrário, corre-se o risco de que um mexilhão chinês tóxico tome conta dos costões rochosos de todo o Brasil, contamine fazendas marinhas e nos obrigue a importar esse produto da Europa.

A quem está pensando que isso é conversa de *ecolouco*, basta lembrar que o Governo americano gasta milhões de dólares anualmente para controlar uma úni-

ca espécie de peixe introduzida nos Grandes Lagos ou que países europeus gastam outros milhões na tentativa desesperada de erradicar uma única alga acidentalmente introduzida no Mediterrâneo.

No Brasil, já basta que os índios vistam *short* Adidas ou que as atrações internacionais sempre fechem as noites dos Rock in Rios da vida. Chega de descobriremos maneiras de nos curvamos ao deus da globalização-em-mão-única. Ou então vamos permitir que nosso leito marinho se transforme num grande samba do crioulo doido, cujo som já não mais reconhecemos e o qual nossos próprios pescadores não podem mais desfrutar.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 9.2.2001, assinado por Ricardo Zaluar Passos Guimarães, diretor da *Biodiversa*.

ÊNFASE GEOPOLÍTICA: SUL E NORTE

A inserção do Brasil na comunidade da América do Sul das primeiras décadas do século XXI ocorrerá em função de parâmetros temáticos enfatizados em graus distintos no que tange às várias regiões vizinhas.

No tocante aos países da Bolívia para o sul, em particular a Argentina, a locomotiva da inserção será (já está sendo) a economia, com seu instrumento institucional, o MERCOSUL. O encaminhamento correto desse eixo temático induzirá naturalmente corolários associativos sociais (educação, migração, trabalho e segurança), de segurança (proteção de interesses comuns, controle cooperativo de ilicitudes e idéias comuns sobre segurança

regional no cenário global) e talvez até mesmo uma visão básica compartilhada de política externa *vis-à-vis* do mundo.

De seu sucesso depende o grau de participação ativa da América do Sul (MERCOSUL ampliado) nas ordens global e hemisférica (ALCA). Sucesso que, por sua vez, depende de complexa conciliação de interesses nacionais, obstaculizada pelos resíduos culturais da rivalidade histórica, que não transparecem nas deliberações formais mas inflacionam psicossocialmente as dificuldades. Cabe ao Brasil conduzir-se com cuidado para que os efeitos de seu peso relativo não sejam interpretados como a serviço de intenção hegemônica - idéia veiculada por anacrônicos remanescentes do antilusitano-brasileirismo, que parecem preferir a tutela dos Estados Unidos à associação com o Brasil (é diferente o caso do Chile, aparentemente pretendente a ser na América do Sul o parceiro dos EUA que o Japão é na Ásia, onde a China é o *peso pesado*).

Passemos à Amazônia - região crítica, nossa e dos outros países amazônicos, na ordem do século XXI; nela é a segurança o grande denominador comum da aritmética geopolítica. Não se trata de ameaça militar direta com ocupação (proble-mática no cenário geofísico da região), substituível por penalizações restritivas ou estímulos político-econômico-financeiros (selo verde, financiamentos condicionados, apoio material etc.). Trata-se de usar com segurança o potencial amazônico, protegendo sua biodiversidade (e controlando a biotecnologia decorrente), respeitando padrões racionais de sustentabilidade, impedindo a ilicitude epidêmica (drogas, por exemplo) etc. Uma área com-

plexa é a dos povos indígenas, cuja natural assimilação é contestada não nas selvas, mas em São Paulo, Rio, Brasília, Londres, Amsterdam e Paris. O associativismo regional (tratados, acordos de cooperação) deve atentar para esse entendimento da expressão segurança, em que a dimensão militar é necessária para apoio e para dissuadir e controlar o que transcende o âmbito policial, mas com moderada preocupação bélica clássica. Bem conduzido, ele ajudará a questão econômica e, portanto, a sul-americanização do MERCOSUL (no sentido inverso ao aventado para a Região Sul, onde a economia induz segurança), dentro do respeito à visão do mundo - a sentada, não estereotipada, fundamentalista, preconceituosa ou ignorante.

Acontece aí o potencial de contribuição de instrumentos institucionais e técnico-operacionais de sensoramento, controle e desencadeamento de reação, como é o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia, que irá coletar, processar e disseminar informações em tempo real sobre vôos, meteorologia, nível e qualidade das águas, uso do solo e das águas, meio ambiente, (des) respeito a áreas indígenas e/ou de preservação, dados de utilidade científica etc. Infelizmente, ainda não está seguro o preparo (material humano e da sistemática de funcionamento) do seu uso pela clientela que justifica sua existência, o chamado Sistema de Proteção da Amazônia que, expandido aos países vizinhos (expansão disciplinada por conveniências nacionais de reserva ou confidencialidade), poderia ser instrumento funcional de um abrangente tratado regional. E não está por motivos que misturam nossas habituais ciumeiras institucionais, dificuldades financeiras e

incompreensões técnico-operacionais. Resultado: ao invés do *escândalo do SIVAM*, que não houve, podemos vir a ter o do seu uso aquém de seu potencial. Se isso acontecer, será prejudicada a credibilidade do Brasil como propulsor do encaminhamento do controle regional compartilhado da Amazônia - o que fragiliza a resposta às acusações de incapacidade regional para exercer criteriosamente o domínio e posse da região.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 24.1.2001, assinado pelo Almirante-de-Esquadra Mário Cesar Flores.

POLÍTICA EXTERNA EQUIVOCADA?

Está na moda escrever que o Brasil não tem política externa e culpa-se o Itamaraty por isso. Em verdade, o papel do Ministério das Relações Exteriores é apenas de planejar e formular, submetendo sugestões ao Presidente da República. Se a proposta não é aceita, ela morre no Planalto, sem culpa do Itamaraty, que, afinal de contas, se limita a executar o que lhe ordena o presidente. Seja como for, a margem de manobra diplomática do Brasil continua muito estreita.

Em suas críticas ao Itamaraty, a mídia se vale, por vezes, de opiniões de analistas políticos e professores universitários sem a indispensável vivência do dia-a-dia da diplomacia. É muito fácil imaginar críticas ásperas à política externa, a contemplar os jardins de um belo *campus* universitário.

Tivemos no passado alguns períodos de política bastante independente, como por exemplo na época da Operação Pan-

Americana, de Juscelino Kubitschek, que acabou indiretamente redundando na criação do BID e da Aliança para o Progresso. Já a promissora *política externa independente* de Jânio Quadros e João Goulart foi mal manejada. No entanto, durante o regime militar, tivemos a surpreendente implementação de muitas daquelas metas da *política externa independente*.

Os militares deram quase completa autonomia ao Itamaraty, e até o indigesto acordo militar com os EUA foi denunciado unilateralmente pelo governo Geisel. A política externa dos chanceleres Gibson Barbosa, Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro foi muito mais arrojada e autônoma do que a de seus sucessores.

Novidade mesmo é a política externa que FHC vem tentando realizar, com êxito por vezes duvidoso, apesar do seu carisma pessoal e preparo intelectual. O curioso é que ele assumiu a presidência com viés esquerdizante, derivando depois para o centro. Seu antecessor Itamar Franco havia ido mais longe, assumindo a defesa de Fidel Castro em conferências interamericanas. E os Estados Unidos da América têm uma política externa coerente? As guerras do Golfo e de Kosovo foram acertados diplomáticos?

O que se poderá dizer é que cometemos alguns erros diplomáticos, tais como contribuir com US\$ 400 milhões para ajudar empresa brasileira a construir represa na China, ou enviar tropas para Angola e Timor, só para agradar às Nações Unidas, em busca de um duvidoso lugar permanente no Conselho de Segurança. A recente viagem presidencial ao Oriente, para levar auxílio ao Timor Leste, pode até ser considerada um acinte aos sofridos nor-

destinos, que estão enfrentando forte seca no momento.

Entretanto, no que concerne às diretrizes principais - a luta tenaz pelo sucesso do MERCOSUL, o combate persistente em favor dos interesses brasileiros na Organização Mundial do Comércio e o esforço pelo adiamento da ALCA - nisso o Itamaraty e o presidente estão absolutamente certos. É de se esperar que o douto chanceler Celso Lafer, com boa vivência nos foros multilaterais, receba suficiente liberdade de ação.

Em recente entrevista a jornal paulistano, o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia comentou que o Brasil tinha *uma política externa muito principista, voltada para a visão do Itamaraty, mais do que para a sociedade brasileira*. Não ficou clara essa distinção, pois sou a favor de princípios, desde que eles sejam da conveniência do Brasil. É verdade que os fatos internacionais evoluíram e novos conceitos foram aceitos, divergindo de diretrizes anteriores.

Esclareceu ele que *continuamos a ter como tônica a não intervenção, mas não podemos recusar a idéia de que, em certas situações, nem tudo possa ser tratado como problemas internos, que não nos concernem*.

No entanto, recentemente, na OEA, quando os EUA quiseram intervir nas tumultuadas eleições peruanas, os países latino-americanos, incluindo o Brasil, recusaram-se a autorizar.

Ponderou ainda Lampreia que *não precisamos estar proclamando nossa liderança para tê-la, e que ela significa encargos e preços a pagar*. Comentando as crises sucessivas do MERCOSUL, afirmou: *Não devemos enveredar pelo caminho*

institucional, pois o MERCOSUL ainda é uma proposta limitada, parcial e incompleta. Considera que a ALCA não tem um quadro definitivo e ela pode vir a ser atracente para o Brasil, se houver realmente acesso preferencial de nossos produtos aos EUA. O jornal colocou amável manchete na entrevista: Seis anos que revolucionaram a política externa - seis anos que valem por sessenta...

O que se pode pedir agora à opinião pública brasileira e, sobretudo, ao presidente é que confie na experiência do Itamaraty na luta pelos melhores interesses do Brasil. Nestes tempos áduos, com os EUA atuando como agressiva potência mundial a serviço de seus objetivos comerciais, devemos agir com a maior cautela e sem demagogias.

Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 7.2.2001, assinada pelo diplomata Vasco Mariz.

PORTAL DA AMÉRICA DO SUL

O Peru é o terceiro maior país da América do Sul, dividido em três grandes regiões: Costeira, Andes e Selva, a região amazônica. A Costeira, onde se localiza a capital, Lima, é a região mais desenvolvida com rede de estradas de norte a sul perfeitamente integradas no contexto de desenvolvimento global que hoje prevalece. A área dos Andes também está bem servida de estradas, algumas pavimentadas, outras apenas com cascalho. A parte da Selva é a mais extensa, porém a menos povoada. Sua espinha dorsal é o Rio Ucayali, com tráfego maior entre as cidades de Pucallpa e Iquitos. O Ucayali

deságua no Rio Amazonas, e daí se comunica com o mundo.

Pucallpa, que significa *terra vermelha* na língua dos antigos índios locais, foi planejada e criada no século XIX e contou, no início do seu desenvolvimento, com a imigração de cerca de dez mil colonos alemães. Encravada no meio da selva, suas ruas são quase todas de concreto e cheias de mototáxis, motocicletas adaptadas com bancos traseiros, tipo charretes, que se movimentam com maior facilidade pela área urbana e arredores.

A região de Pucallpa é um centro gerador de transporte e comunicação dentro do próprio Peru, dotada de uma rede de comunicação aérea que abrange mais de vinte cidades. Com uma população de trezentos mil habitantes divididos entre Pucallpa e os povoados ao redor, a cidade contribui para o desenvolvimento regional não só como ponto de passagem, mas como sítio gerador de riquezas. Se hoje a energia ali utilizada provém de termoelétrica, é possível que em futuro próximo, usadas as quedas d'água de Padre Abade, seja criada a primeira hidrelétrica da região.

Pucallpa guarda relação com o significado do Canal do Panamá quando de sua fundação. Observando-se o mapa da América do Sul, vê-se que sua posição é estratégica para o transporte entre o Brasil e vários países da América do Sul, como ponto de transferência de mercadorias por vias rodoviária e fluvial.

É uma região que produz de tudo: arroz, feijão, milho, café, açúcar e hortifrutigranjeiros, o que garante o abastecimento não só local mas de extensas áreas vizinhas. Para o Acre, que hoje importa seus hortifrutigranjeiros de São Paulo, a

quatro mil quilômetros de distância, dispor de um portal a trezentos quilômetros, por rodovia asfaltada, seria extremamente vantajoso.

Por estar localizada no coração da Selva, Pucallpa é uma região propícia ao turismo, contando com recém-inaugurado aeroporto internacional com pista de 2.400m de extensão. O turismo ecológico vem-se desenvolvendo nos últimos anos e a construção do aeroporto mostra a intenção do Governo peruano de acelerar o desenvolvimento da região. É de pensar que em futuro bem próximo tenhamos vôos turísticos de Lima a Iquitos, com escalas em Pucallpa e Cruzeiro do Sul. Serão possíveis também vôos de Pucallpa para Rio Branco e Manaus.

Com o asfaltamento da estrada que liga Pucallpa a Cruzeiro do Sul, estabeleceremos a abertura de um portal não virtual, mas efetivo, entre o Brasil e suas exportações para a América Latina e também o Extremo Oriente, através do porto de Callao.

Dessa forma, será possível o transporte de soja através de Pucallpa e pela Rodovia do Peru até Lima e, na operação de retorno, o transporte de fosfato do Peru para a região Centro-Oeste, a Amazônia e o sul do País. O Brasil importa hoje US\$ 600 milhões anuais de fosfato do Marrocos. Garantida a exportação de soja e a importação de fosfato, estará garantida a viabilização do transporte de ida e volta.

Além de região com imenso potencial econômico turístico, Pucallpa é área de exploração petrolífera. No futuro, poderá ser construído um oleoduto ligando Pucallpa ao Estado do Acre. A partir da construção e do asfaltamento da estrada,

seria extremamente mais fácil a construção, exploração e manutenção do oleoduto, que traria produtos petrolíferos peruanos para abastecimento e consumo da Amazônia. Hoje, a única refinaria brasileira na região localiza-se em Manaus, de onde o transporte de produtos, em balsas, até o Acre, leva em torno de trinta dias.

O Governo brasileiro procura fazer a sua parte, asfaltando este ano a BR 364, desde Assis Brasil até a fronteira com o Peru, dentro do Programa Avança, Brasil. É necessário que o Governo peruano faça a dele, promovendo a abertura e o asfaltamento da estrada entre Pucallpa e a fronteira com o Brasil, a 120 quilômetros. O ideal é que essas estradas se encontrem agora no início do século, inaugurando-se assim o efetivo portal para a América do Sul.

Com o avanço nas duas frentes de trabalho haverá maior intercâmbio comercial já durante a obra, permitindo-se assim acelerar e antecipar prazos de construção, promovendo-se a integração econômica, geográfica e turística entre Brasil e Peru, por via rodoviária, através de Pucallpa.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 5.1.2001, assinado pelo advogado e consultor de Comércio Exterior, Renato Kamp.

OS AMERICANOS A BUSH: NÃO ISOLE O BRASIL

O vetusto palacete do *Council on Foreign Relations* (Conselho de Relações Exteriores) deu três presentes ao Brasil. Primeiro, uma aula de racionalidade diplomática. Depois, um exemplo de como um país (os Estados Uni-

dos) trabalha para defender os seus interesses nacionais. Finalmente, uma demonstração da capacidade do seu andar de cima de sentar-se e trabalhar para entender o pensamento dos outros e expressar o seu.

Um grupo de trabalho que se reuniu no Conselho ao longo de um ano e meio divulgou um longo memorando e uma carta ao Presidente George Bush. Sugeriu-lhe que preste mais atenção ao Brasil, que não procure atropelar os seus interesses e que procure redefinir o tipo de relação ambígua que os dois países vêm mantendo. Diz coisas assim:

O Brasil precisa comerciar mais, não menos. O mercado americano é o seu maior objetivo. O fracasso do Brasil na expansão do seu comércio é um dos problemas centrais de sua atual política. Se um acordo com o Brasil e o MERCOSUL vier a fracassar, provavelmente os Estados Unidos vão buscar acordos bilaterais de livre comércio, como o que estão negociando com o Chile. Como a região também está-se movendo na direção de uma maior dolarização, o Brasil corre o risco de se ver isolado.

Primeiro eles listam o que há por cá. Quatro exemplos capazes de surpreender alguns brasileiros:

1) Entre 1991 e 1999 as exportações americanas dobraram e hoje estão em US\$ 13 bilhões (magnífico negócio).

2) A economia brasileira é do tamanho da chinesa, duas vezes maior que a russa ou a indiana.

3) O Brasil é o segundo mercado mundial de telefones celulares e máquinas de fax, o terceiro de refrigerantes, o quarto de geladeiras e o quinto de discos.

4) Mais de 40% dos usuários da internet da América Latina estão no Brasil.

Esse magnífico mercado está ameaçado por desinteresse, oportunismo e mesquinha dos Estados Unidos. Nas palavras do grupo de trabalho bem mais elegantes: *A falta de uma agenda clara para o médio prazo, a relação dos EUA com o Brasil tem sido definida por grupos de interesse americanos (suco de laranja, aço etc.). Isso envenena o conjunto da relação.*

Até as xícaras do Itamaraty sabem que os Estados Unidos vêm fritando o Brasil. Ora o ignoram, ora o isolam nas negociações comerciais e até mesmo políticas. Por cá se faz de conta que não há nada disso. Felizmente, o alerta veio de lá.

A carta a Bush e o memorando foram preparados por um grupo de trabalho formado por 21 professores, empresários e interessados em toda sorte de assuntos de Pindorama. Redigiram um documento cujos momentos de argúcia histórica trazem as impressões digitais do historiador Kenneth Maxwell, diretor do programa latino-americano do Conselho. É o autor do clássico *A Devassa da Devassa*, o melhor trabalho já escrito sobre a Inconfidência Mineira.

Coisa parecida, o andar de cima brasileiro é rigorosamente incapaz de produzir. Imagine-se um sócio de um dos maiores escritórios de advocacia de Nova York, cinco professores, um ex-embaixador e uma ex-vice-presidente do BID trabalhando sistematicamente para recomendar uma política ao presidente brasileiro...

Primeiro, eles não se reúnem. Se o fizerem não têm coragem de sugerir que o Governo vai na direção errada. Se tiverem a coragem, serão amaldiçoados pelo ofidiário do Planalto. Sempre que 21 pessoas do an-

dar de cima se reúnem sistematicamente por um ano e meio, a *Viúva* esconde a bolsa.

É constrangedor ver um grupo de americanos defendendo uma nova relação dos Estados Unidos com o Brasil sem patriotadas, no interesse deles. Circunstanacialmente, também no interesse do Brasil, ameaçado por um rolo compressor a serviço da ALCA. Um dos destinatários do memorando é Robert Zoellick, o encarregado das negociações comerciais americanas. Foi ele quem insinuou uma ameaça para quem quiser se acautelar com a ALCA: *Aqueles que não quiserem negociar serão deixados para trás*. Quando esse rapaz disse uma sucessão de indelicadezas numa sessão do Senado americano, nenhum brasileiro lhe respondeu. Não se pediria que o Itamaraty o fizesse, mas pelo menos um vereador. Nada. Foi preciso que a resposta à sua argumentação troglodita saísse de um grupo de especialistas reunidos no palacete da Park Avenue, numa das mais respeitáveis instituições da elite americana.

(Na íntegra, o documento tem 33 mil palavras. Equivale a oito artigos do tamanho deste. A leitura é agradável. Em inglês, ela está na página do *Council on Foreign Relations*: http://www.cfr.org/p/pubs/Brazil_TaskForce.html.)

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 14.2.2001, assinado pelo colunista Elio Gaspari.

TRÊS DESAFIOS

Três graves desafios estará enfrentando o Brasil neste novo século: manutenção da unidade territorial, crescimento populacional e mercado de trabalho.

Ainda que aparente ser período dilatado, refratário a planejamento, cem anos representam pouco mais do que um momento na vida de qualquer nação e breve trecho na acidentada História da humanidade.

O século anterior conheceu profundas transformações e tudo se passou com rapidez cinematográfica. Para ficarmos na esfera de fenômenos hoje triviais, lembram-se telefonia e telecomunicações, transportes viários, rodoviários e aéreos, continentais e intercontinentais, televisão, plásticos, anestésicos, vacinas, antibióticos, todos recentes e vulgarizados nas últimas décadas. Pertencem também a esse período duas guerras mundiais e várias outras localizadas, a energia atômica, a força do operariado, a ascensão e o declínio das entidades sindicais, a multiplicação dos partidos políticos, as explorações espaciais, as organizações não governamentais e - aquele citado por Ortega Y Gasset como o mais significativo da vida contemporânea - a presença por toda parte de grandes massas humanas: a revolução das massas.

O nosso país ingressou no século XX dentro do regime republicano, tendo os limites externos definidos e estabilizados. Algumas disputas de fronteiras foram resolvidas pela ação de aventureiros, esparsos tiroteios, escaramuças, negociações e sobretudo arbitragens. Nesse mesmo século modificava-se a todo instante a geografia política na Europa, Ásia e África: países surgindo e desaparecendo, alianças militares dando lugar a uniões e blocos de interesses econômicos superiores a valores nacionais.

A História vem revelando que em economia e política nada há de definitivo, ensinando-nos a tomar precauções contra pretensões de todos os tipos. A invejável unidade política e territorial con-

quistada e preservada há quinhentos anos pode ser eventualmente contestada em nome de alardeadas exigências internacionais de preservação do meio ambiente, cabendo-nos antecipar medidas de defesa dos nossos mais cobiçados ecossistemas. Este é o primeiro grande desafio.

O segundo prende-se à questão populacional. Em cem anos o Brasil observou, despreocupado, multiplicar-se por dez o número de habitantes. Éramos 17 milhões na passagem do século XIX para o século XX, com absoluto predomínio da população rural. Em 1950 alcançamos a marca de 50 milhões. Ultrapassamos 170 milhões no início do século XXI. Em hipótese alguma poderemos manter o mesmo ritmo de crescimento e a compactação demográfica nas capitais e grandes cidades.

De acordo com projeções realizadas pelo IBGE, em 2020 o número de habitantes chegará a 208 milhões. Confirmando-se a tendência de crescimento, embora com taxa de natalidade levemente declinante, no ano 2050 seremos mais de 310 milhões, e no final do século aproximadamente 385 milhões de brasileiros.

A pergunta que se faz é se, dentro do panorama econômico mundial extremamente competitivo e globalizado, o Brasil se livrará do subdesenvolvimento, conseguindo e sustentando taxas de evolução econômica capazes de oferecer trabalho qualificado e renda a mais de 200 milhões de pessoas. Aqui se encontra o terceiro secular desafio.

Não obstante fantásticos resultados obtidos na pesquisa científica e em processos produtivos, o homem tem-se revelado impotente para eliminar problemas de pobreza, especialmente em regiões como América Central, América do Sul, África,

Ásia, Índia. Pelo contrário. Entre 25 países relacionados como de economia de alta renda pelo Banco Mundial, nenhum há sul ou centro-americano e africano. Com população superior a cem milhões de habitantes, apenas Estados Unidos e Japão, este último com graves problemas de espaço. O Brasil é penúltimo colocado entre países de rendimentos na faixa média alta, a Indonésia se coloca muito mal como país de renda média baixa, a Índia ocupa péssimo lugar como país de baixa renda, o mesmo ocorrendo com China e Paquistão.

O crescimento populacional acelerado e descontrolado nada tem de positivo, como demonstram todos os estudos de geografia humana. Compete aos futuros governantes não incidir nos erros de antigos dirigentes que se omitiram ou abordaram o tema com a timidez da irresponsabilidade.

Na idade da tecnologia da informática, quando todos procuram ganhar mercados externos racionalizando e intensificando a produção e reduzindo custos, não vejo o Brasil conseguindo fazer com que a procura e a valorização da mão-de-obra cresçam na velocidade com que aumenta a população.

Além desses três desafios - integridade territorial, crescimento populacional e mercado de trabalho -, outros assumem relevância praticamente idêntica e estão ligados à capacidade do Estado de alcançar sucesso nas tarefas típicas de governo: educação, saúde, segurança, transporte, meio ambiente.

Ao ingressar no século XXI, o panorama em relação a qualquer deles não é animador, mas, de todo modo, aparentemente conseguiu-se aquilo que se presumia impossível: restabelecer o regime de-

mocrático, controlar a inflação e imprimir estabilidade à moeda.

Resta confiar na competência, obstinação, sensibilidade e coragem dos próximos governos, sem o que as gerações vindouras, dos nossos netos, bisnetos e seus descendentes, conhecerão dias muito, mas muito mais difíceis dos que os atuais.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 22.2.2001, assinado pelo Presidente do TST, Almir Pazzianotto Pinto.

CORRENDO COM OS LOBOS

O episódio da brutal retaliação promovida pelo Canadá, impondo um agressivo e descabido embargo à carne brasileira, expõe, em toda a sua crueza, a grave questão da dependência tecnológica, como cultura difundida pelas economias centrais ou ricas e incorporada às atitudes dos próprios países periféricos ou pobres, que, por vezes, nem se dão conta de que estão aceitando, praticando e até fazendo o seu jogo, ao invés de se empenhar em rejeitá-la, como condição indispensável para poder crescer. Por essa cultura, os países periféricos devem ser sempre fornecedores de produtos agrícolas, no máximo algumas matérias-primas minerais e industriais. As tecnologias, seus produtos e inovações são assuntos para os competentes, os ricos.

Desde a revolução industrial, ocorrida há mais de dois séculos na Europa, onde estavam os países mais ricos, geradores do conhecimento científico que deu base à tecnologia, acentuou-se a distância entre os países centrais e periféricos. E a superação desse fosso tornou-se difícil e

árdua. No século XIX, apenas os Estados Unidos conseguiram vencer a barreira, graças, essencialmente, à inventividade dos seus empreendedores que transformaram as descobertas européias em produtos como lâmpadas, telefones, motores/geradores de indução, entre tantos outros.

Muitas dessas inovações geraram empreendimentos presentes até os dias de hoje, como a GE, de Edison, a Bell, a Westinghouse e outras, e transformaram os Estados Unidos na maior economia do mundo ainda antes do fim do século XIX. Assim, o enriquecimento americano foi uma demonstração, cabal, de que o poder da economia depende menos dos conhecimentos que diretamente produz e mais, muito mais, da sua competência em utilizar os conhecimentos existentes para a competitividade.

No século XX recém-findo, um único país, o Japão, repetindo a experiência americana, também enriqueceu pela inovação, tornando-se a segunda economia do mundo, e a de mais elevada renda *per capita*, entre os países populosos. Alguns dos seus empreendimentos, como a Sony, viraram ícones desse processo inovativo.

Mais recentemente, no último terço do século, foi a vez de Coréia mostrar que fez a sua lição de casa. Sem nada descobrir, pois nem tinha ciência, soube usar a sua criatividade para inovar desde fornos de microondas, CD *players* e monitores de PC aos celulares com internet, que, segundo se diz, terão tecnologia predominantemente Samsung, que em 1999 assumiu o quarto lugar em patentes no mercado americano.

Que resultado isso trouxe para o seu povo? Os coreanos usufruem uma renda *per capita* de US\$ 11 mil, três vezes maior do que a nossa, e com uma distribuição muito

mais justa, que muito nos agradaria fosse uma realidade entre nós. Mas outros países menos evidentes também cresceram pela via das próprias inovações, como Taiwan. E o resultado também foi mais renda e a distribuição mais justa dos seus frutos.

O que nos ensinou a História? Que, num sistema que se alimenta crucialmente dos avanços tecnológicos e tem um mercado globalizado, só há um caminho de vencer o fosso entre a pobreza e a distribuição injusta e o estado de crescimento sustentado que poderá aplacar a injustiça social. Esse caminho é o das inovações próprias.

Pois foi isso mesmo que fez a Embraer, pelas mãos de um empreendedor, digno na tradição de Santos Dumont, que nos orgulha porque acreditou na criatividade do brasileiro: Ozires Silva. Desde o início, a Embraer inovou com os próprios cérebros. Antes foram o *Xavante*, o *Bandeirante*, o *Brasília* e, posteriormente, o ERJ-145 que hoje ganha o mundo. Com o último avião, a empresa tornou-se o terceiro maior fabricante, atrás apenas das gigantes Aerobus e Boeing. Representa sozinha 5% das exportações brasileiras, gera lucro e tem 11 mil empregados qualificados. Mas não vai parar, pois inovar é preciso. Já anuncia a apresentação no fim do ano do produto mais novo: o ERJ-170, de setenta lugares, que nasce já com mais de 220 unidades encomendadas.

Ora, isso é tudo o que contraria a cultura da dependência tecnológica. A inovação não é para nós. Se formos aplicados e bem-comportados, poderemos, no máximo, ganhar o direito de pesquisar novas idéias, contribuindo para a ciência. Mas desde que sigamos o mandamento dos donos das tecnologias: as tuas idéias, geradas com recursos do teu povo, publicarás em *papers*

nos nossos *journals*, para que tenham aceitação científica e te cubram de glórias efêmeras, e nós teremos a abnegação de usá-las nas inovações, que não dão prestígio, apenas o vil metal (o nosso *paper*, que identificou o Captopril na jararaca, virou Capoten e bilhões de dólares para a Squibb).

Essa cultura, que se limita a gerar artigos e não patentes, é comum aos países da América Latina, África e muitos asiáticos, coincidentemente, todos pobres, injustos e sem tecnologia própria. É a cultura dos dependentes tecnológicos: pagam licenças de patentes aos ricos, mas não podem competir no mercado globalizado, pois nunca têm a última inovação, que, obviamente, fica reservada à matriz. Até 1992 pagávamos pouco mais de US\$ 200 milhões. A partir de 1997, passamos a US\$ 2 bilhões anuais.

O que precisamos é ter o descortino de fomentar o surgimento de vinte ou mais Embraers, uma para cada setor. Não que fosse tornar o caminho mais fácil, pois a cada novo produto disputando a liderança no mercado iria aparecer uma outra Bombardier - e o seu governo a proibir o café, porque estaria atacado pelo besouro louco, ou a soja, possivelmente infestada pela lagarta mórbida, ou até mesmo o aço, presumivelmente contaminado por degenerescência inter-cristalina maligna. Tudo isso faz lembrar a velha fábula que Esopo já contava na Grécia clássica: o cordeiro e o lobo. Formar uma indústria inovadora capaz de competir com eficiência significa correr com os lobos. Coréia e Taiwan já o fizeram. A China está aprendendo a fazer. E nós?

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 20.2.2001, assinado pelo Professor Roberto Nicolsky.